



G

TRUNFOS DE UMA  
**EOGRAFIA ACTIVA**

DESENVOLVIMENTO LOCAL,  
AMBIENTE,  
ORDENAMENTO  
E TECNOLOGIA

**Norberto Santos**  
**Lúcio Cunha**

COORDENAÇÃO

José Ramiro Pimenta

*Departamento de Geografia, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.*

## ORLANDO RIBEIRO, A CIDADE E A TRANSIÇÃO PARADIGMÁTICA DA GEOGRAFIA PORTUGUESA NOS ANOS SESSENTA

### INTRODUÇÃO

O estudo que apresento neste congresso tem origem nas aulas que leccionei num curso semestral de Geografia Urbana no Departamento de Geografia da Universidade do Porto e nas longas conversações então mantidas com os estudantes, a quem gostaria de agradecer o importante desafio proporcionado pelas suas questões sobre a evolução do Pensamento geográfico, um domínio que não tem hoje grande popularidade e está muitas vezes ausente das reuniões científicas nacionais ou internacionais. Voltarei a este tema mais tarde.

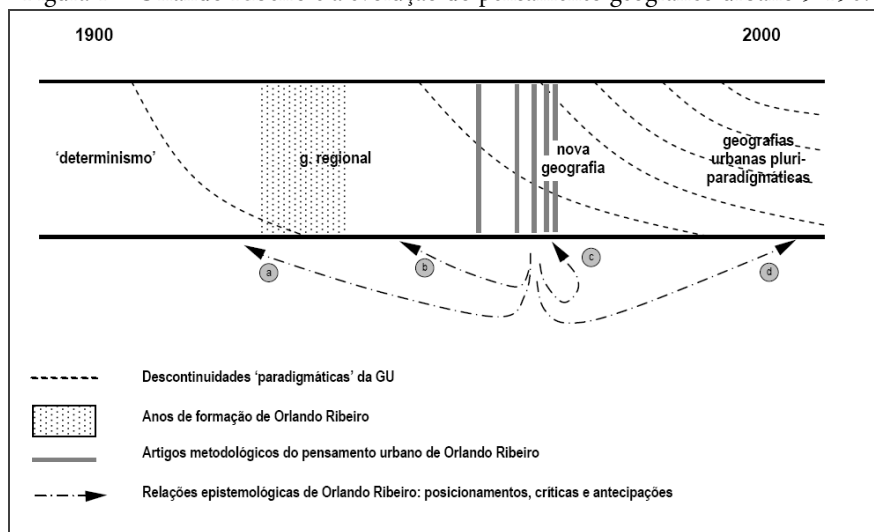
Este estudo debruça-se sobre alguns artigos de Orlando Ribeiro (1911-1997) referidos ao tema da epistemologia do facto urbano, tema que, entre muitos outros, recebeu a sua atenção. Entre estes artigos, alguns foram publicados no fim da década de cinquenta e inícios da década seguinte, enquanto outros se mantiveram inéditos e apenas surgiram na recolha efectuada em 1994 por Suzanne Daveau para a obra *Opúsculos Geográficos*. O âmbito cronológico não é sem significado, porque, como se verá, estes artigos fazem parte de um posicionamento epistemológico mais vasto em que o autor explicitamente deseja contrariar a chegada triunfante da então 'nova Geografia'.

### A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO SOBRE A CIDADE

O gráfico que se segue será talvez útil para nos guiar entre as linhas principais deste artigo. A cronologia designa, de um modo muito esquemático, as principais características da evolução do 'pensamento geográfico urbano' no contexto das metamorfoses paradigmáticas mais vastas que animaram a Geografia como um todo.

Da esquerda para a direita, podemos notar a sucessiva substituição de 'paradigmas' dominantes e as datas relativas de substituição de um mais antigo por outro mais recente. Utilizei linhas curvas de modo a indicar que estas substituições não foram cortadas abruptamente na evolução da disciplina, e de que ao longo do tempo vários paradigmas puderam coexistir. No extremo direito da figura, tal coexistência tornar-se-ia mesmo a condição normal da pesquisa científica, no contexto da fragmentação epistemológica do sujeito e do objecto da Geografia.

Figura 1 – Orlando Ribeiro e a evolução do pensamento geográfico urbano 9-190.



É importante notar que a substituição paradigmática não só não ocorre de uma forma abrupta como pode ocorrer com tempos de evolução muito diferentes nas diversas partes do mundo e em diferentes ambientes académicos. Em Portugal, em muitos aspectos um país periférico, as vogas epistemológicas tendem a chegar mais tarde e menos intensamente, quando comparadas com os movimentos originais.

Em todo o caso, creio que é importante situar a obra de Orlando Ribeiro na epistemologia do facto urbano internacional. Como se pode ver na figura, a coluna preenchida com um padrão de pontos mostra os anos de formação universitária de Orlando Ribeiro, desde a sua licenciatura na Universidade de Lisboa até aos estudos pós-graduados na Universidade de Sorbonne, em Paris. É uma formação ‘regionalista’ plena, numa das escolas de Geografia mais prestigiadas do seu tempo, com Demangeon e De Martonne, os discípulos directos de Vidal de La Blache, se bem que a abordagem determinista prosseguisse ainda o seu caminho e possuísse importantes defensores.

#### QUATRO RELAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS

A relação epistemológica figurada em (a) é a de uma moderada crítica. Como se pode ver na cronologia, os anos formativos de Orlando Ribeiro são em muito ainda tocados pela abordagem determinista, e a influência da natureza estava ainda bem presente nas suas concepções geográficas. Assim, não surpreende ver o papel central que Orlando Ribeiro reconhece aos factores naturais no condicionamento da morfologia e do desenvolvimento da cidade e, portanto, dos centros urbanos em Portugal (“As cidades de Portugal”): i) como a maioria se encosta ao mar no litoral da foz do Sado para o norte e também no Algarve, mas como, ao contrário, as arribas impedem que centros urbanos importantes se desenvolvessem no Sudoeste; ii) como o terreno suave junto das desembocaduras dos grandes rios favoreceu, em Aveiro, Lisboa, Alcácer, a proeminência de grandes centros; iii) como o Tejo, desde a foz

até Abrantes, momento em que se encrava na rocha, deu origem a uma das regiões com maior densidade urbana do Portugal tradicional; iv) como os relevos residuais da vasta planície alentejana abrigaram os principais centros aí existentes; v) como o xisto e o calcário repeliram o povoamento concentrado, ao contrário do granito que pareceu favorecê-lo. Para Orlando Ribeiro não existem quaisquer dúvidas dos efeitos limitantes da natureza, os quais podem ditar quase exclusivamente a morfologia de uma cidade. Quase, porque esta influência não é concebida como absoluta, mas apenas podendo ser totalmente compreendida quando se toma em consideração a história e a cultura. A natureza pode ser tudo ou nada, dependendo do modo como o espírito humano lidar com ela.

Esta é a razão por que Orlando Ribeiro deseja (b) acima de tudo desenvolver uma Geografia urbana de duas faces, que toma em consideração os ditames da natureza mas reflecte o encontro local e regional da natureza com os ideais da civilização. Dentro desta linha de pensamento, Orlando Ribeiro procurará identificar o longo processo de sedimentação que a paisagem urbana do presente contém e exhibe. No contexto de Portugal, tal significa identificar: i) a ‘acrópole’, o sítio genético que preside à implantação de quase todas as cidades portuguesas; ii) a ordem geométrica (apesar de tudo rara em Portugal, com as excepções de alguns alinhamentos em Évora e Braga) que o domínio romano imprimiu nas cidades da Antiguidade; iii) a retracção dos muros de protecção no tempo que segue o declínio de Roma, quando as cidades são ocupadas por povos ‘bárbaros’ invasores; iv) a forma labiríntica e enleada de origem muçulmana, as ruas curvas, os becos fechados, os pátios interiores, ocultando a estranhos a intimidade da vida doméstica; v) ou os testemunhos das diversas fases da reconquista cristã, o ordenamento ruralizante do Norte, a ordem beneditina do Centro, o desenho militar do Sul.

Eis o que é uma cidade para Orlando Ribeiro: natureza e história, ambiente e civilização. Em nenhum outro lugar podemos ver com mais nitidez esta concepção do que no estudo que o autor dedica a Veneza (“A lição de Veneza”). Em Veneza são fortíssimos os ditames da natureza, ínsulas arenosas flutuando no recesso de um mar recortado, em frente da foz de um rio que é a principal porta de entrada da região mais rica de Itália; uma natureza severa, pouco acolhedora dos habitantes que, fugindo da ‘terra ferma’ defronte, tentam escapar aos ‘bárbaros’ invasores da Itália romana; um solo inseguro que os Venezianos progressivamente solidificam com a ajuda de uma floresta de pranchas de madeira que enterram no fundo arenoso. Nada na ‘natureza’ poderia indicar a fortuna desta cidade. Possuindo uma boa situação para o mercado, Veneza tinha competidores que também a tinham, Marselha ou Génova, cada uma delas possuindo, provavelmente, um melhor enquadramento. Mas a cidade é feita igualmente de espírito humano e, assim, a absoluta necessidade de utilizar embarcações levou os Venezianos a um domínio sem paralelo da arte de navegar, e é por esse facto que virá, por cerca de quatro séculos, a conquistar e dominar o Mediterrâneo oriental, imprimindo na sua planta essa mesma vida de intensas relações.

Esta concepção da cidade é que permite compreender o julgamento (c) tão severo que Orlando Ribeiro irá fazer sobre os modelos geométricos de Christaller. Neles, o autor vê somente a distorção da realidade, o desencontro do espaço e do tempo que fazem de uma cidade o que uma cidade é.

Em data próxima de 1960, Orlando Ribeiro concebeu e apresentou um mapa numa conferência realizado no Centro de Estudos Geográficos (inserto em “Aglomerações de Portugal...”). Para além de pretender dar uma imagem exacta da distribuição dos centros

urbanos em Portugal nos anos de 1911 e 1960 (e mostrar algumas linhas de força da evolução do facto urbano no período que medeia entre estas datas) aquele mapa parece possuir também um papel simbólico a cumprir. A sua intenção é, sem dúvida, a de expressar uma íntima diferença dos modelos geométricos de Christaller – os pontos no mapa, recusando aprisionar-se na rigidez hexagonal da teoria, adequam-se ao contexto natural e ao ritmo histórico da sua formação. Mais uma vez podemos ver como os rios, as montanhas, as sucessivas ‘invasões’ da terra criaram um arranjo que duas ou três variáveis de um modelo não poderiam nunca reproduzir muito menos antecipar. Ao contrário de Corbusier, de quem cita a utopia em “A Cidade e o Homem”, Ribeiro é pressuroso em demonstrar que as cidades são de muita gente, e que o seu arranjo e evolução derivam directamente da identidade colectiva forjada ao longo do tempo. É por esta razão que estes mapas são apresentados como ‘um exemplo de método’, um posicionamento activo por parte de um geógrafo que, nutrido pela ideia regional, deplora que um abstractizante ‘esprit de géometrie’ possa, de algum modo, tirar o lugar a um profundo ‘esprit de finesse’.

Finalmente, existe uma relação (d) que pode, *a posteriori*, ser detectada nos estudos de Orlando Ribeiro sobre a epistemologia do facto urbano, feixe de luminosas antecipações do que viriam a ser os atributos do que hoje se poderia chamar uma Geografia urbana ‘pós-moderna’. Em primeiro lugar, a activa percepção das desigualdades sociais. A Geografia radical dos anos sessenta e setenta desenvolveu especificamente esta linha de investigação e de prática académica, genealógicamente relacionada com trabalhos mais recentes no âmbito de abordagens neomarxistas, feministas e ambientalistas. Num relatório elaborado nos anos sessenta, Orlando Ribeiro recolhe, em várias fontes, informação sobre o problema da habitação clandestina de uma Lisboa em nítida explosão demográfica (“A Cidade e o Homem”). Toda a sua atenção é dirigida às duras condições de vida dos ‘desajustados’, gente que, por causa da mecanização da agricultura, se tornou ‘dispensável’ e vive na cidade em condições da maior indignidade, promovida por especuladores imobiliários e agentes políticos concertados.

Em segundo lugar, um espírito que antecipa o ‘cultural turn’ dos anos oitenta e noventa, em que o autor nos mostra uma visão do que para si poderia representar a cidade do futuro, para a qual reclama uma ‘carinhosa compreensão dos lugares’ (“A concentração urbana e os seus males”), o encontro vívido e pleno com as pessoas reais, longe das máquinas de cálculo e dos estiradores de gabinete que são capazes de recolher e digerir enormes quantidades de informação mas que, por essa mesma razão, fazem-no superficialmente.

Finalmente, um espírito interventivo de activismo académico, que parece antecipar a pesquisa de investigação participada que é tão comum defender nos dias de hoje. Orlando Ribeiro expõe a longa série de tarefas que a geografia não pode eximir-se a cumprir, todas em íntima relação com os lugares e as gentes a conhecer, indo ao ponto de reclamar que os técnicos que estudem uma determinada área tenham experiência pessoal da vida que aí se vive, para evitar exportar para outros lugares soluções planeadas e testadas em circunstâncias muito diferentes – como teria sido o caso do programa de habitação social dos anos cinquenta que desenvolvera o mesmo tipo de unidade de habitação, tanto para Lisboa como para as terras altas do Norte de Portugal; aqui foram confrontados com a sistemática utilização de um compartimento da casa para os indispensáveis animais, apenas porque não se havia incluído no modelo um anexo exterior para os guardar.

## CONCLUSÃO

Para concluir, gostaria de regressar ao início, momento em que se questionou se haveria alguma vantagem em revisitar a obra dos geógrafos já desaparecidos e recontar a sua história quando já não estão presentes. A meu ver, tal é indispensável por duas ordens de razões. Por um lado, porque é sempre sensato observar, com alguma distância crítica, como a ciência se prende ao chão, como depende tanto do tempo e do lugar em que tem origem – tal ajudará a não esquecer que o mesmo deve estar a acontecer neste momento de agora, em relação ao nosso próprio trabalho, seja qual for o grau de sofisticação que as novas tecnologias possam providenciar. Por outro lado, e fundamentalmente, o que de mais importante nos demonstra a história da Ciência (e, assim, a história da Geografia) é a capacidade de restituição dos fundamentos epistemológicos da relação dos investigadores com eles mesmos. O pensamento geográfico urbano de Orlando Ribeiro está obviamente diluído num mundo que já lhe escapa, mas está também ancorado em princípios morais-científicos (político-intelectuais, como é uso dizer hoje em dia) que nos lembram que ninguém se pode eximir da activa intervenção na ‘polis’ a que pertence, porque, retirando as divisões esquemáticas e artificiais da evolução paradigmática, o que perdura, e faz da ciência uma demanda, é não apenas a procura do exacto, mas também do justo e do belo.

625

Os textos que usei como fontes para elaborar este estudo, estão incluídos na secção ‘O facto urbano em Portugal: aspectos gerais e metodologia’ do Vol. V, *Temas Urbanos*, dos *Opúsculos Geográficos* de Orlando Ribeiro, organizado por Suzanne Daveau e editado em 1994 pela Fundação Calouste Gulbenkian. Contém os seguintes artigos, mencionados no texto pelo seu nome próprio: “A concentração urbana e os seus males. Documentos e perspectivas de estudo”, p. 131-139; “As cidades de Portugal”, p. 141-154; “A Cidade e o Homem”, 155-157; “A lição de Veneza”, p. 159-168; “Proémio metodológico ao estudo das pequenas cidades portuguesas”, p. 169-178; “Aglomerações de Portugal, de 2000 habitantes ou mais, em 1911 e 1960”, p. 179-190.